

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVIII nº 748
15 a 28 de maio de 2017

REFORMA TRABALHISTA

APROVADO NA CÂMARA, PROJETO SEGUE
PARA TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL

ACORDO BRASIL-COLÔMBIA
BENEFICIA INDÚSTRIA
AUTOMOTIVA
FLUMINENSE
págs. 4 e 5



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

SESI OFERECE ATIVIDADES GRATUITAS DURANTE FESTIVAL DA MATEMÁTICA

A Arena SESI Matemática estrutura itinerante que traz a oportunidade de experimentar atividades interativas

ligadas à matemática, esteve presente no Festival da Matemática. O evento foi realizado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).

Os visitantes experimentaram atividades ligadas à disciplina de um jeito diferente: triciclo com rodas quadradas, games, labirintos, quebra-cabeças, brincadeiras com peças de Lego e uma “máquina fantástica” – que desafiou os curiosos a descobrir se a ordem dos fatores altera (ou não) o produto. “Os participantes do Festival experimentaram conceitos matemáticos de forma lúdica. Nossa ação desmistificou a disciplina e contribuiu para que estudantes percebessem como ela pode ser interessante e divertida, sem deixar de lado o seu rigor”, destaca Hélio Braga, coordenador da Divisão de Matemática da Gerência de Educação Básica da FIRJAN.



Fabiano Veneza

Arena SESI Matemática foi um dos destaques do Festival

ANTT AUTORIZA CONSTRUÇÃO DE ESTRADA QUE VIABILIZA EXPANSÃO DA GE CELMA

Como resultado de uma ação do Sistema FIRJAN na defesa de interesses da indústria, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou a construção de uma estrada de acesso ao terreno onde será instalada a nova planta da GE Celma no município de Três Rios. A empresa fez o pedido à Agência em dezembro de 2016, mas até março o processo não havia avançado. A liberação foi agilizada após contato da Federação com a Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da ANTT.

“Entramos em contato com a Agência, em Brasília, e em duas semanas o processo caminhou e a

autorização foi deferida, o que foi primordial para a continuidade da obra. Compreendendo a importância do investimento, a ANTT acelerou o processo que, em média, pode durar 90 dias”, destacou Riley Rodrigues, gerente de Estudos de Infraestrutura do Sistema FIRJAN.

A nova unidade da GE Celma em Três Rios terá um banco de provas de motores aeronáuticos, com capacidade quatro vezes superior à sua fábrica de Petrópolis. O projeto receberá investimentos da ordem de US\$ 45 milhões até o final de 2017, e deve gerar cerca de 300 empregos na região Sul Fluminense.

ALUNOS DO DESAFIO SENAI + INDÚSTRIA PARTICIPAM DE PALESTRA SOBRE EMPREENDEDORISMO

Para inspirar os participantes da fase Pré-Acelera, do Desafio SENAI + Indústria, a analista do Sebrae/RJ, Mirella Condé, fez uma palestra por videoconferência para cerca de 100 alunos do SENAI. Em reta final, os temas empreendedorismo e formalização de uma empresa vão ao encontro dos interesses dos estudantes.

Ela apresentou aos alunos das unidades de Benfica, Niterói, Campos, Resende e Nova Friburgo as diferenças e características entre um Microempreendedor Individual (MEI) e uma Microempresa. “O importante é não deixar

a empresa na informalidade, o que não permite acesso a crédito e incentivos e ainda deixa o empreendedor sujeito à fiscalização e, conseqüentemente, ao pagamento de multa ou ter seus produtos apreendidos”, explicou.

Os alunos apresentarão seus projetos a investidores anjo ou empresas interessadas em investir em suas ideias em 2 de junho, na sede da Federação. No chamado Demo Day, as empresas terão também a oportunidade de enviar problemas do dia a dia para serem solucionados no próximo Desafio SENAI + Indústria.

SENAI EXIBE MODELO 3D DE PLATAFORMA EM EVENTO DA PETROBRAS

O Sistema FIRJAN levou para o Encontro de Automação da Petrobras um modelo 3D da plataforma de petróleo P-52 e um simulador de treinamento de operação, também baseado em modelagem 3D. A Federação apresentou os serviços do Instituto SENAI de Tecnologia (IST) Automação e Simulação, além das soluções tecnológicas que o IST oferece para o setor de óleo e gás.

Com foco em realidade aumentada e virtual, a programação contou ainda com palestras sobre a metodologia e cases da Petrobras em automação de projetos. O evento aconteceu em abril, no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes) da Petrobras.

FIRJAN APRESENTA VISÃO SOBRE CONTEÚDO LOCAL EM EVENTO NO IBP

O cenário de revisão dos índices de conteúdo local no mercado de petróleo e gás brasileiro foi um dos temas abordados pelo Sistema FIRJAN em evento para jovens profissionais promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

O coordenador de Conteúdo Estratégico da Gerência de Petróleo, Gás e Naval da Federação, Thiago Valejo, falou sobre novas regras de conteúdo local e como ele pode ser aperfeiçoado para fortalecer a cadeia de fornecedores nacional.

“Precisamos pensar em bônus para cumprimento dos índices, e não apenas no ônus da multa. Essa medida deve ter um planejamento de longo prazo, contemplando o que o Brasil tem de conhecimento e como pode desenvolver sua cadeia de fornecedores”, defendeu.

Os novos índices serão válidos para dois dos quatro leilões programados para este ano: a 3ª Rodada de Partilha do pré-sal e a 14ª Rodada

de Concessão. Nos leilões de 2018 e 2019, as regras poderão ser revistas.

A discussão aconteceu na palestra “Conteúdo Local e as percepções da nova geração da indústria”, realizada em 25 de abril, na sede do Instituto.



Thiago Valejo: palestra sobre novas regras de conteúdo local

Renata Mello

TERCEIRIZAÇÃO É DEBATIDA ENTRE EMPRESÁRIOS DO SINMETAL

O Sistema FIRJAN e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Município do Rio de Janeiro (Sinmetal) promoveram uma palestra sobre a Lei 13.429/2017, em vigor desde 31 de março, que trata da terceirização e do trabalho temporário. O consultor Jurídico da Federação, Pedro Capanema, apresentou as mudanças e ressalvas nesses temas e também as perspectivas sobre a Reforma Trabalhista.

Para ele, o principal ponto de atenção é em relação à terceirização da atividade-fim: “Ela deve ser feita com

responsabilidade, porque um trabalhador terceirizado para realizar determinado serviço deve ser tratado como prestador de serviço, como pessoa jurídica, não como um funcionário. O serviço é impessoal. Se esse trabalhador provar à Justiça do Trabalho que foi tratado como mão de obra, que está a serviço e subordinado ao empregador, o prejuízo será do empresário. A terceirização não liberou a chamada pejetização”.

A palestra foi realizada em 3 de maio, no Espaço de Suporte Sindical e Empresarial da Federação.

BRASIL E COLÔMBIA FIRMAM ACORDO COMERCIAL QUE AMPLIARÁ NEGÓCIOS PARA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA FLUMINENSE

Um acordo automotivo firmado entre Brasil e Colômbia pode abrir oportunidades para as exportações fluminenses, fomentando toda a cadeia produtiva da indústria. A iniciativa prevê que os países possam exportar automóveis, vans e veículos comerciais leves sem imposto de importação – que atualmente tem alíquota de 16% – por um período de oito anos. O intuito é triplicar o número de automóveis exportados para o mercado colombiano em até três anos. Em 2016, o Brasil vendeu 17,5 mil veículos para o país, dez mil a mais do que o total registrado em 2015.

De acordo com Marcos Pereira, ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o acordo estabelece cotas para a quantidade de automóveis a serem exportados com alíquota zero. No primeiro ano, serão contempladas até 12 mil unidades; no segundo, 25 mil; e no terceiro, 50 mil. Para as empresas poderem usufruir do imposto zero, será necessário que utilizem um percentual mínimo de equipamentos e serviços brasileiros na fabricação dos veículos.

“A distribuição das cotas será efetuada por meio de critérios claros e transparentes. Os produtos a serem exportados deverão cumprir um Índice de Conteúdo Regional de 50%. Existirá, ainda, a possibilidade de exportação de uma pequena quantidade de veículos com 35% desse índice”, garantiu.

Ele ressalta que, se depender do Brasil, o acordo deverá entrar em vigor o mais rápido possível. A iniciativa de venda e compra de automóveis para a Colômbia com Imposto de Importação zero já havia



Divulgação/Governo do Estado do Rio

O acordo ampliará a venda de carros nacionais para Colômbia: meta é 50 mil até 2020

“Os produtos a serem exportados deverão cumprir um Índice de Conteúdo Regional de 50%”

Marcos Pereira
Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

... sido negociada em 2015, mas não entrou em vigor, pois não havia sido internalizada pelo país vizinho. O pacto foi retomado em abril de 2017, após uma reavaliação dos termos.

BENEFÍCIOS PARA A INDÚSTRIA

Para Evandro Bizzotto, gerente de Comércio Exterior da Aliança Renault-Nissan, a iniciativa possibilita que o país possa diversificar as parcerias comerciais para exportação de automóveis. Dessa forma, reduzirá a

dependência do mercado argentino, principal destino das vendas externas dos veículos brasileiros, a qual também possui acordo automotivo com o Brasil.

“Estamos fazendo um movimento que deveria ter sido iniciado há muito tempo, que é suprimir a nossa dependência da Argentina, criando proximidade com outros países. A Colômbia hoje é um mercado consumidor muito relevante. É um país com parque industrial reduzido, com apenas duas montadoras, o que abre espaço para a presença de empresas brasileiras”, afirmou.

Segundo ele, o aumento de exportações esperado com o acordo fortalece uma política já adotada pela indústria automotiva nacional, a de apostar no comércio exterior para compensar a queda na demanda interna, provocada pela crise econômica no Brasil. Em 2016, a Renault-Nissan vendeu mais de 40 mil veículos só para a América

Latina. Dados do boletim Rio Exporta, produzido pelo Sistema FIRJAN, apontam que no primeiro trimestre de 2017 os países da região se destacaram como parceiros comerciais do estado do Rio.

“Vamos aumentar as vendas externas este ano e colocamos a Colômbia em nosso portfólio. Apesar de termos nos mantido entre as cinco empresas com maior participação de mercado, sentimos a queda da economia, e a exportação é uma válvula de escape para o estoque alto que temos”, detalhou.

Marco Saltini, diretor da MAN Latin America, também espera bons resultados para a indústria nacional a partir da assinatura do acordo. Ele ressalta que são vendidos, anualmente, 300 mil automóveis no mercado colombiano, número que reforça as oportunidades a serem exploradas pelo Brasil. “Há, com essa iniciativa, um potencial

de crescermos as exportações, e isso logicamente beneficia o país e o estado do Rio, que podem aquecer sua economia com as vendas externas. Para a indústria é algo muito positivo, pois aumenta seus lucros de produção”, pontuou.

COMÉRCIO BRASIL-COLÔMBIA

Em 2016, a Colômbia importou US\$ 1,2 bilhão em bens listados no acordo automotivo de 2015, segundo dados do International Trade Center (ITC). Entretanto, o estado do Rio exportou para o país apenas US\$ 2,3 milhões desses produtos, de acordo com o MDIC. Pedro Spadale, gerente da FIRJAN Internacional, destaca que esse cenário revela o potencial de negócios que a economia colombiana oferece para as indústrias instaladas no estado.

“A indústria automotiva tem um destaque importante nas exportações fluminenses, que são direcionadas

especialmente para a América Latina, em países como Argentina, Chile e Peru, com os quais também temos pactos comerciais no segmento. Portanto, há uma capacidade grande de alavancarmos toda a cadeia produtiva estadual nos próximos anos. É uma ação que certamente vai nos ajudar a superar a retração da economia”, avaliou.

De acordo com ele, a Federação pode auxiliar as indústrias interessadas em usufruir do acordo por meio da emissão de certificados de origem, documento que permite às empresas exportadoras se beneficiarem de acordos internacionais que preveem alíquotas preferenciais para os países signatários. “A FIRJAN é uma instituição de referência para isso. Emitimos muitos certificados cotidianamente e podemos oferecer esse serviço em apoio ao fortalecimento da presença da indústria fluminense em mercados externos”, complementou.

RELAÇÃO COLÔMBIA-BRASIL

BRASIL



Exportações de 2016 em produtos listados no acordo automotivo de 2015 somaram

US\$ 6,9 BILHÕES

COLÔMBIA



Foi o 5º principal destino dessas exportações, com

US\$ 216 MILHÕES

Contudo, as importações totais da Colômbia de produtos listados no acordo foi de US\$ 1,2 bilhão

EXPORTAÇÕES FLUMINENSES

Em 2016, somaram

US\$ 604 MILHÕES



A Colômbia foi destino de apenas 0,4% dessas exportações, com US\$ 2,3 milhões



A Argentina continua sendo o principal parceiro dos produtos selecionados, com 88%



Fonte: Sistema FIRJAN. Dados MDIC e ITC

REFORMA TRABALHISTA COMEÇA A SER DEBATIDA NO SENADO; MUDANÇAS PROMOVEM AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO

Aprovado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 6.787/16, que trata da reforma trabalhista, traz uma série de mudanças para modernizar as relações laborais do país. A principal delas é a prevalência das negociações coletivas sobre a legislação, que atende a um antigo pleito do setor produtivo, defendido no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025. Sindicatos patronais e dos trabalhadores poderão negociar questões como o parcelamento de férias em até três vezes, jornada de trabalho, plano de cargos e salários, entre outros pontos.

“A reforma aprovada na Câmara é muito positiva para as empresas, pois elimina embaraços na legislação, tornando-a flexível, e as negociações coletivas ficam mais amplas. O PL estabelece que o negociado passa a ter força de lei; com isso, a Justiça do Trabalho fica impedida de anular as convenções, o que dá maior segurança jurídica e estabilidade para as relações trabalhistas”, explicou Pedro Capanema, consultor Jurídico do Sistema FIRJAN.

Para Capanema, a proposta representa o maior avanço no campo trabalhista brasileiro desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na década de 1940. De acordo com o consultor, a reforma é necessária para abranger a nova realidade do mercado de trabalho, transformada pelas evoluções tecnológicas.

NOVOS MODELOS DE TRABALHO

Um dos dispositivos que caminham nessa direção é o que estabelece



Agência Brasil

O deputado Rogério Marinho, relator da reforma, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, na sessão que aprovou o PL nº 6.787/16

“A reforma trará modernização e segurança jurídica, com reflexos imediatos na economia brasileira”

Celso Dantas
Presidente do Conselho Empresarial Trabalhista e Sindical do Sistema FIRJAN e do Sipaterj

o trabalho remoto, chamado de *home office*, que poderá ser previamente acordado entre empregadores e empregados. A mudança combate um gargalo da legislação atual, representada pela CLT, que não contempla esse modelo.

Luiz César Caetano, presidente da Representação Regional FIRJAN/

CIRJ no Leste Fluminense, pontua que a adequação da legislação às novas modalidades de trabalho responde a uma demanda das empresas e dos trabalhadores. “Essa lei atende à dinâmica do mundo moderno. O trabalho a distância já é uma realidade em muitas empresas, e a reforma vem suprir essa lacuna regulatória. A modernização é desejada tanto pelo empregado quanto pelo empregador, sendo que este é ainda mais afetado porque é o único a lidar com a insegurança jurídica”, justificou Caetano, que também preside o Sindicato da Indústria da Refinação e Moagem de Sal do Estado do Rio de Janeiro (Sindisal).

Outra novidade que traz ganhos para as empresas é a possibilidade de negociação de banco de horas por meio de acordos individuais, que na lei vigente, só é possível

em negociações coletivas. Com a reforma, empresas ficam autorizadas a definir regras para compensação de horas extras no contrato de trabalho do empregado, desde que sejam feitas no mesmo mês.

Também tido como um gargalo da lei atual, o trabalho intermitente está previsto no texto da reforma. Nesse modelo de contratação, o empregado recebe por hora trabalhada. “Há funções na qual o trabalhador não é demandado para um mês inteiro. No modelo intermitente, mais flexível, ele recebe pelo valor-hora, o que hoje não existe na lei”, pontuou Capanema.

A reforma trabalhista altera, positivamente, a Lei da Terceirização, cuja regulamentação foi aprovada pela Câmara dos Deputados em março. No PL 6.787/16, fica expressa a possibilidade de as empresas terceirizarem todas as suas tarefas, inclusive as chamadas atividades-fim.

A proposta inclui, ainda, o fim do imposto sindical obrigatório. O pagamento dessa contribuição, feita uma vez por ano, passa a ser opcional.

REGRAS DOS PROCESSOS

A reforma também trata de alterações relacionadas aos processos trabalhistas. Segundo Capanema, as condenações por danos morais, por exemplo, ficarão limitadas aos parâmetros previstos na lei, que terá uma tabela de valores progressiva. “A legislação dará critérios para essas condenações, a depender da natureza da lesão. O lado positivo é que elimina o arbítrio do Poder Judiciário, que criava multas cujo valor era imprevisível para o empregador”, afirmou.

Celso Dantas, presidente do Conselho Empresarial Trabalhista e Sindical do Sistema FIRJAN, ressalta que a modernização das leis do trabalho representa um importante passo para que as empresas sejam mais competitivas, além de viabilizar a retomada dos empregos no país.

“O que de fato muda com a reforma é a flexibilização de jornadas de trabalho sem que se retire nenhum direito do trabalhador. A reforma trará modernização e segurança

jurídica, com reflexos imediatos na economia brasileira, gerando empregos e investimentos em um momento em que o país precisa disso”, pontuou o empresário, que também é presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Cosméticos e Higiene Pessoal no Estado do Rio de Janeiro (Sipaterj).

Aprovada pela Câmara dos Deputados em abril, a proposta de reforma trabalhista tramita agora no Senado Federal, por meio do PLC 38/2017. Se aprovada, a lei seguirá para sanção do presidente Michel Temer.

O QUE MUDA COM A REFORMA TRABALHISTA



Negociado vai prevalecer sobre legislado em 15 pontos diferentes



Regulamentação do trabalho intermitente, categoria na qual o trabalhador recebe por valor/hora



Banco de horas poderá ser negociado diretamente entre empresa e empregado por acordo individual



Previsão expressa da possibilidade de terceirização de todas as atividades da empresa, incluindo a atividade-fim



Novas regras dos processos trabalhistas que beneficiam as empresas



Contribuição sindical opcional



Regulamentação do trabalho remoto (*home office*)

MOVIMENTO NACIONAL CONTRA O ROUBO DE CARGAS CONQUISTA NOVA VITÓRIA JURÍDICA NA ALERJ

Avanços começam a surgir a partir da atuação do Movimento Nacional Contra o Roubo de Cargas e da Carta do Rio de Janeiro. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, em 26 de abril, o Projeto de Lei (PL) nº 1.639/12, que veda a comercialização, fabricação e aquisição de aparelhos eletrônicos usados para bloquear sinais rastreadores de veículos.

Os estudos divulgados pelo Sistema FIRJAN apoiaram a retomada da proposta do deputado Zaqueu Teixeira (PDT), parada há cinco anos na Alerj. Além da proibição, o PL também prevê multa e cassação do registro das empresas que comercializarem bloqueadores de sinais pela internet. “Após audiência pública realizada em abril sobre o tema, embasada pelos dados importantíssimos da FIRJAN, obtive elementos suficientes para pedir a urgência do projeto, que foi aprovado e aguarda sanção do governador”, explicou o deputado.

Também foi aprovado em março a Lei Nº 7.539/2017, que impede de licitar, contratar ou receber incentivos fiscais da administração pública estadual a empresa que adquirir, distribuir, transportar, estocar, revender ou expor à venda mercadorias que sejam roubadas ou furtadas. Agora, outros três projetos sobre o tema, também sugeridos na Carta do Rio, estão em tramitação na Alerj: um destina às forças de segurança os recursos aferidos nas ações de combate a esse crime, quando os proprietários das cargas não são identificados; outro determina

a cessão, em tempo real, para as polícias Rodoviária Federal, Civil e Militar as imagens das câmeras de monitoramento das rodovias; e o terceiro estabelece a “Dação em Pagamento”, permitindo que as empresas possam pagar parte de seu débito tributário com o estado através de equipamentos e serviços essenciais ao bom funcionamento das forças policiais.

Em 17 de maio, uma comitiva de deputados estaduais, acompanhados de representantes da Federação, se reuniu com o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, a fim de debater sugestões e pedidos de ajuda para a segurança no estado. “A participação mais direta com o legislativo fluminense, na aprovação de leis e na interlocução com o Ministério da Justiça, fortalece o combate ao roubo de cargas no estado”, observou Riley Rodrigues, gerente de Estudos de Infraestrutura da Federação.

IMPACTO ECONÔMICO

A cidade do Rio de Janeiro registra o maior prejuízo com roubos de carga no estado: R\$ 1,1 bilhão, de 2011 a 2016. Em seguida, vem a Baixada Fluminense Área I, com perda de R\$ 449,7 milhões.

“As principais vias de acesso ao Rio passam pela Baixada, que, com pouca segurança, fica vulnerável a esse crime. Se o roubo de cargas não for combatido com firmeza, a capital pode ficar desabastecida de diversos produtos”, alertou Carlos Erane, presidente da Representação Regional da FIRJAN/CIRJ na Baixada Fluminense Área I e do Conselho do Empresarial de Defesa e Segurança do Sistema FIRJAN.

CUSTO DO ROUBO DE CARGAS NO ESTADO DO RIO, POR REGIÃO (2011-2016)

CAPITAL
R\$ 1,1 BILHÃO

BAIXADA II
R\$ 449,7 MILHÕES

BAIXADA I
R\$ 224,8 MILHÕES

LESTE
R\$ 232 MILHÕES

NORTE
R\$ 30,1 MILHÕES

SUL
R\$ 25,5 MILHÕES

CENTRO-NORTE
R\$ 5,6 MILHÕES

CENTRO-SUL
R\$ 5 MILHÕES

NOROESTE
R\$ 4,6 MILHÕES

SERRANA
R\$ 3,9 MILHÕES



Fonte: Elaboração do Sistema FIRJAN, com base em dados do ISP-RJ

COMPLIANCE CONFERE **VANTAGEM COMPETITIVA PARA AS EMPRESAS**

Uma cultura de cumprimento de normas internas, externas e regulamentárias pode servir como fator estratégico de competitividade. O programa de compliance é um modelo preventivo de gestão empresarial, que tem como pilares a ética e o comportamento honesto dentro das organizações, e pode ser implantado por empresas de qualquer porte.

“O compliance é uma forma de gestão de empresas que aplica a política de prevenção, através da execução de diretrizes corretas, para evitar problemas e riscos futuros nas atividades da companhia. Não é um mero código de conduta”, explica Ana Carolina Gazoni, advogada e consultora do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Ela explica que o modelo de governança pode variar para cada empresa. Entretanto, existem alguns elementos fundamentais: é necessário ter as regras da companhia claras, pois elas são as ferramentas de monitoramento dos processos. Segundo a consultora, é imprescindível estabelecer mecanismos para assegurar que todos os colaboradores estejam respeitando o que foi estabelecido. “Os líderes, a alta gestão, precisam estar comprometidos e servir de exemplo para os demais. Sem isso, é muito difícil garantir a efetividade do programa”, afirma.

A sensibilização dos colaboradores pode ser feita através de treinamentos, cartilhas ou eventos, enquanto o controle interno do programa pode acontecer através de auditorias. “A importância das boas práticas aumentou

com a publicação da chamada Lei Anticorrupção, em 2013. Muitas empresas passaram a exigir de seus fornecedores e parceiros a comprovação da existência de programa de compliance. Quem não o possui, perderá a oportunidade de negócios. Trata-se, portanto, também de uma vantagem competitiva”, analisa Ana Carolina.

APLICAÇÃO NAS EMPRESAS

Em setembro de 2015, o Sistema FIRJAN inaugurou o seu Comitê de Compliance com o objetivo de aperfeiçoar e reforçar as boas práticas de governança de toda a indústria. Além disso, o SENAI precisou, por conta da nova legislação, comprovar a capacitação de seus colaboradores para atender exigências da Petrobras em um determinado serviço.

“Nesse sentido, a Gerência Geral Jurídica da Federação passou a ministrar cursos sobre a legislação brasileira e internacional sobre o

assunto para seus colaboradores. Em junho, lançaremos o Programa de Integridade do Sistema FIRJAN, que visa divulgar, de forma integrada, todas as nossas ações relacionadas ao tema”, explica a gerente Geral Jurídica da Federação, Gisela Gadelha.

Rafael Muniz, gerente de Inteligência e Governança de Suprimentos da Oi, participou do curso Compliance e Eficiência Empresarial, oferecido pelo IEL em novembro do ano passado, para conhecer boas práticas de governança: “Foi muito produtivo, com um grupo bem heterogêneo, composto por empresas de vários portes, ramos e profissionais com experiências variadas, além de níveis de maturidade distintos relativos à implantação do programa, o que nos ajudou internamente”.

O IEL oferecerá em julho o curso Compliance e Eficiência Empresarial. Mais informações em www.firjan.com.br/eventos.



Divulgação/Sistema FIRJAN

Turma do curso de compliance oferecido pelo IEL às empresas fluminenses, em 2016

SESI CULTURAL FOMENTA DESEMPENHO E BEM-ESTAR DE COLABORADORES COM DIFUSÃO DE OFICINAS NAS INDÚSTRIAS

O bem-estar dos trabalhadores é um aspecto primordial para que possam maximizar seu desempenho e aumentar a produtividade. Ciente desses benefícios para as empresas, o SESI Cultural lançou o Projeto Arte na Indústria. A iniciativa promove oficinas culturais gratuitas nas empresas, a partir de problemas previamente identificados por especialistas da Federação.

As oficinas, que contam com música, teatro ou literatura, são ofertadas aos colaboradores, que no final realizam apresentações dentro ou fora da empresa. Nas aulas são trabalhados temas como qualidade na comunicação, trabalho em equipe, autoconfiança, administração do tempo, entre outros. Com isso, o projeto amplia sua percepção em relação à cultura ao mesmo tempo em que promove sua motivação no ambiente laboral.

A iniciativa teve o projeto-piloto realizado com a Plastvalença, no Sul Fluminense. Durante um mês, 20 colaboradores receberam aulas de teatro para a montagem de uma peça com foco no tema da saúde global. Segundo Davi Santana, gerente Industrial da empresa, a experiência foi positiva para gerar maior engajamento dos funcionários. Ele explica que os empregados já realizavam atividades teatrais, mas sem uma coordenação como a que foi ofertada pelo SESI Cultural.

“Sabemos que a participação gera comprometimento. E os colaboradores que participaram da vivência da oficina passaram a ter mais interesse e envolvimento no dia a dia de trabalho. A saúde global foi trabalhada porque estávamos no período da Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (Sipat). O teatro envolveu a questão do comportamento no trabalho, atingindo nosso objetivo, o de evitar acidentes”, afirmou o gerente da Plastvalença.

Em 2017, o projeto atenderá 10 empresas, selecionadas pela Gerência Geral de Mercado e Vendas da Federação. A proposta é que as oficinas tenham duração de três meses, com carga horária de 100 horas/aula, e contemplem até 30 funcionários. Antenor Neto, coordenador de Cultura e Arte do Sistema FIRJAN, ressalta que a iniciativa, ao motivar funcionários e difundir a cultura em seu ambiente de trabalho, gera um diferencial competitivo no mercado.

“O grande ganho proporcionado pelo projeto Arte na Indústria é utilizar cultura e arte como veículo para trabalhar questões internas da empresa. São trabalhadas soluções ligadas a relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e bem-estar social, entre outras questões”, explicou.

A realização do projeto Arte na Indústria com a Plastvalença aconteceu entre março e abril.



Divulgação/Plastvalença

Oficina de teatro do SESI Cultural realizada na Plastvalença

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. **1º Vice-presidente:** Carlos Mariani Bittencourt. **2º Vice-presidente:** Carlos Fernando Gross. CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do Sistema FIRJAN. Prêmio Aberje Brasil 1999-2000. Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001. **Gerência Geral de Comunicação e Marketing:** Daniela Teixeira, Juliane Oliveira e Lorena Storani (jornalista responsável, MTB 2440 JP). **Editada pela Insight Comunicação.** **Editor Geral:** Coriolano Gatto. **Editora Executiva:** Kelly Nascimento. **Redação:** Laís Napoli e Nathalia Curvelo. **Revisão:** Geraldo Pereira. **Fotografia:** Fabiano Veneza. **Projeto Gráfico:** DPZ. **Design e Diagramação:** Paula Barrenne. **Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva. **Impressão:** Imos Gráfica e Editora.

SISTEMA FIRJAN - Avenida Graça Aranha 1 • CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro • Tel.: (21) 2563-4455 • www.firjan.com.br

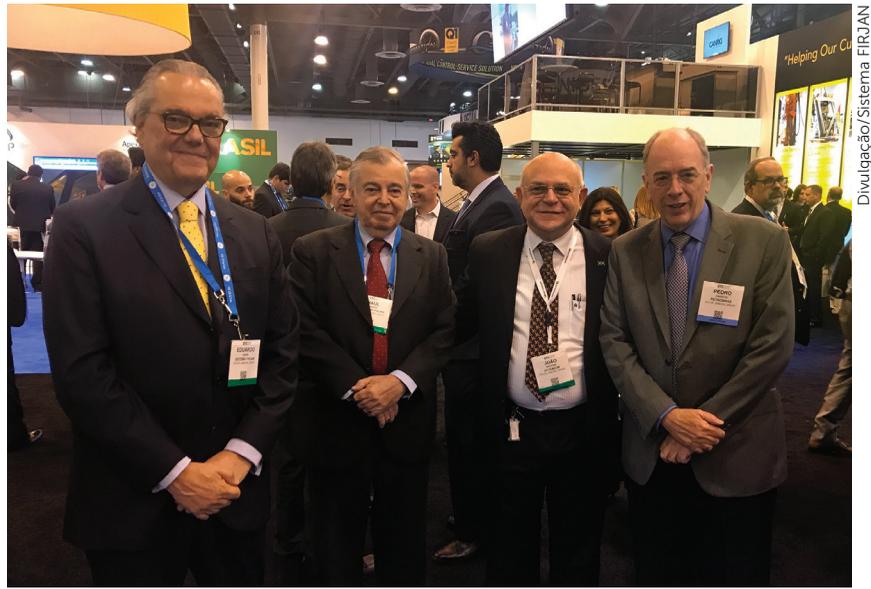
NOVOS CENÁRIOS NO MERCADO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS FORAM DESTAQUE EM HOUSTON, NA OTC 2017

Os novos cenários no mercado de petróleo e gás brasileiro foram destaque na Offshore Technology Conference (OTC) 2017, em Houston, nos Estados Unidos. Palestras com conteúdo sobre a exploração do pré-sal e do mercado onshore, assim como as novas rodadas de licitação – com 10 leilões até 2019 – pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), fizeram parte da programação dos empresários.

Com uma agenda institucional, o Sistema FIRJAN estreitou o relacionamento com os atores do mercado, tanto brasileiros quanto internacionais. O Pavilhão Brasileiro da feira contou com uma programação de palestras que movimentou o espaço.

“A OTC é um evento de grande importância para discutir o mercado de petróleo e gás, conhecer novas tecnologias e oportunidades. Este ano, a feira contou com uma programação extensa de atividades voltadas para o mercado brasileiro, o que é promissor. O Sistema FIRJAN, como grande defensor da indústria fluminense, esteve mais uma vez presente, com o objetivo de contribuir para a construção de um ambiente pró-negócios”, afirmou o presidente da Federação, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira.

Segundo Jorge Camargo, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), o mercado nacional de petróleo e gás está começando uma nova era com a atração de investimentos privados externos,



Eduardo Eugenio, Raul Sanson, João Martins e Pedro Parente, na OTC Houston 2017

principalmente para operação do pré-sal. Ele ressaltou o estudo da Wood Mackenzie, que apresenta os ambientes de exploração de petróleo no Oriente Médio, o *shale gas* dos EUA e o pré-sal brasileiro como os mais competitivos.

“Durante a visita à feira, foi possível identificar novas tecnologias e oportunidades para o Instituto SENAI de Tecnologia (IST) Solda, tais como processos de soldagem mecanizados, inspeção de materiais, revestimentos anticorrosivos e automação na área de *pipeshops*” afirmou Lincoln Gomes, gerente do IST Solda.

Segundo Idarilho Nascimento, diretor comercial da Tenaris, a visão dos empresários fluminenses é de que houve uma melhor percepção de investidores estrangeiros com relação ao Brasil: “Sabemos que ainda há muito a ser

feito, do ponto de vista estrutural, para que o país ofereça um ambiente mais favorável à atração de novos investimentos, como as reformas tributárias e trabalhistas e as discussões sobre conteúdo local. Neste sentido, a FIRJAN vem tendo uma participação muito ativa junto à indústria de óleo e gás, levando nossos pleitos ao governo”.

Em parceria com o Sebrae-RJ, os representantes da Federação visitaram a Petrobras America e conheceram a Stress Engineering, empresa de engenharia com 45 anos de história, da qual os donos são os próprios empregados. Com presença nos EUA, Canadá e Cingapura, parte do time é de brasileiros, e o mercado de óleo e gás é o mais atendido pela empresa.

A OTC Houston 2017 aconteceu entre 1º e 4 de maio.

Mobilizar grupos de pessoas para apoiarem o desenvolvimento de projetos nos quais têm interesse é o que propõe o *crowdfunding*. Essa ferramenta pode ser estratégica para as empresas viabilizarem a chegada de novos produtos ao mercado. Em entrevista à Carta da Indústria, **Téo Benjamin**, consultor em financiamento coletivo, explica as principais vantagens do modelo. Ele é um dos especialistas responsáveis pela Oficina SENAI de Crowdfunding e falará no Cola, novo evento da FIRJAN, a ser realizado em 30 de maio.



Divulgação

AS VANTAGENS DO CROWDFUNDING PARA EMPRESAS

CARTA DA INDÚSTRIA – De que forma o crowdfunding pode ser utilizado pelas empresas?

TÉO BENJAMIN – Para as empresas é interessante para prototipar novos produtos ou fazer um projeto-piloto. Pode também ser uma forma de dar um salto em algum serviço ou produto já oferecido. Além de usar para se financiar, a empresa tem a opção de apoiar projetos. É uma vantagem, menos óbvia, de posicionamento das empresas. Algumas apoiam projetos relacionados ao meio ambiente ou inovações urbanas a fim de se posicionarem dentro de uma comunidade chave envolvida com esses assuntos. É uma forma eficaz de se engajar com o público.

CI – O crowdfunding é uma possibilidade para empresas de todos os portes?

TB – Atualmente, no Brasil, 90% das campanhas são de até R\$ 30 mil. É um valor baixo e mais útil para fazer protótipos. Mas isso não quer dizer que não deva haver campanhas acima desse valor. Para uma grande empresa não faz tanta diferença esse montante, mas o engajamento gerado e a comunidade que se constrói vale mais que do que qualquer dinheiro arrecadado. Portanto, para médias e grandes indústrias pode ser interessante no sentido de construção de comunidades.

CI – Quais são as vantagens desse modelo de financiamento?

TB – Um dos benefícios é a baixa burocracia, além dos riscos reduzidos. É muito rápido lançar uma campanha. O processo é simplificado e não demanda os

procedimentos comuns para obtenção de financiamento. Existe também uma vantagem relativa à maior independência. No caso de uma startup, por exemplo, a fonte de recursos não será um único financiador, e ela terá mais liberdade e autonomia para desenvolver seu projeto. Outra característica positiva é a construção de uma comunidade que se importa com a causa da empresa. O *crowdfunding* como ferramenta já é útil para vários projetos das empresas.

CI – Quais são os principais passos para que uma campanha seja bem-sucedida?

TB – O planejamento é a parte mais importante da campanha. Ao planejar com cuidado, a empresa economiza várias horas quando a campanha vai para o ar. E isso passa por saber quem é seu público, com quem e por quais canais está se comunicando. Quanto maior a energia despendida no planejamento, maiores serão as chances de sucesso. Uma dificuldade comum às empresas é reconhecer que seus mercados são de nicho. As que estão começando querem, muitas vezes, anunciar para todo mundo, quando o ideal é identificar seu público alvo. O *crowdfunding* não é mercado de massa.

CI – Quais foram os ganhos para as empresas que participaram da Oficina SENAI de Financiamento Coletivo?

TB – A oficina apresentou diferentes formas de utilizar o *crowdfunding*. Abordamos temas como a economia colaborativa, que abriram horizonte para novos modelos de negócio. Acreditamos que a maioria dos participantes conseguirá fazer campanhas bem-sucedidas.